

## BIBLIOTECA NACIONAL DE BRASIL

GILBERTO VILAR DE CARVALHO

### APRESENTAÇÃO

A *Historia da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro é um projeto em elaboração pelos pesquisadores da Casa. Apresentamos aqui apenas uma condensação do que está escrito, *grosso modo*, a fim de honrar compromisso assumido pela presidência de Fundação Biblioteca Nacional junto a ABINIA (Asociación de Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica). Mesmo sendo um trabalho esquemático, ele não teria sido possível sem o apoio efetivo de diversos colegas. Agradecemos de modo especial a ajuda do Professor Waldir da Cunha (Div. de Manuscritos), da bibliotecária Ana Fanfa (Seção de Editoração), de Maria Regina Sales (Assessora da Diretoria do Departamento Nacional do Livro) e da Ex-Directora Jannice Monte-Mór. Não poderíamos, também, deixar de agradecer a essas heróicas bibliotecárias de Biblioteca Nacional, fanáticas (no bom sentido de palavra) guardiães dos nossos tesouros, que com dentes e garras afiadas, quais falcões de caça, os defendem da nossa imperícia em abri-los, pegá-los, manuseá-los e copiá-los. Sem elas e daqueles que há quase dois séculos as precederam, não teríamos hoje esses livros raros, esses códices preciosos, essa riquíssima iconografia que são o nosso orgulho.

### I. CONTEXTO HISTORICO

#### *Origens, formação do acervo. Consolidação (1808-1900)*

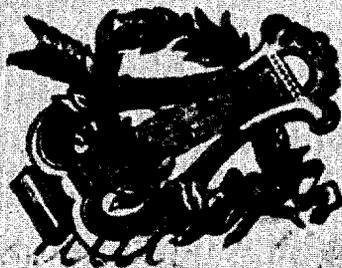
Em 1.º de novembro de 1755, um incêndio no Paço da Ribeira, causado pelo grande terremoto de Lisboa, destruiu quase toda a *Real Bibliotheca da Ajuda*, um dos orgulhos de Portugal. D. José I (avô de D. João VI), sem tardar, passou a organizar uma nova biblioteca, a cujo acervo, além das sobras do incêndio, mandou juntar «a numerosa e rica livraria

pacientemente amontoada (entre 1770 e 1773) pelo douto abade do Santo Adrião de Séver, o padre Diogo Barbosa Machado», composta de 4.301 obras, em 5.764 volumes. Com a prescrição dos padres jesuítas, em Portugal, a biblioteca do Colégio de Todos os Santos, pertencente a esses padres, veio também juntar-se a «Livraria» real.

*Início do século dezenove.* Ingleses e franceses com a ambição de reparir o mundo entre si, cada um pretendendo mais capital e mais mercado na Europa e no resto do mundo. Ao *Bloqueio Marítimo Inglês* imposto por Canning, Napoleão respondia com seu *Bloqueio Continental*. A Inglaterra via-se isolada e proibida de comerciar com a Europa dominada por Napoleão. Para o Império a saída era Portugal, com suas colônias na América, onde podia satisfazer a sua sede de poder e de... matérias primas. O que Portugal ganharia em troca? Os ingleses prometiam apoio total a Casa de Bragança, o que significava a sobrevivência do Reino luso. Mas havia algumas condições, dessas que só os fortes «oferecem» aos mais fracos: a sede da monarquia portuguesa deveria transferir-se para o Brasil, a esquadra portuguesa ficaria sob o comando inglês, a Inglaterra teria plena liberdade comercial no Brasil. Ao mesmo tempo-tendo em vista fins idênticos-fomentar-se-ia a independência das colônias espanholas na América. D. João, Príncipe Regente, sonhava com uma neutralidade impossível face as duas potências. A França, unida à Espanha pelo *Tratado de Fontainebleau*, tinha as mesmas ambições do Reino Unido, e decidira, sem tardar, invadir Portugal. O ano de 1807 chegou ao fim com as tropas de Napoleão, comandadas por Junot, atravessando as fronteiras lusas, pelo norte. E os ingleses, agindo ainda mais rápido, bloqueavam o Tejo e tomavam a iniciativa de «proteger» Lisboa. Para D. João não havia grande margem de escolha. E assim, lá se forram os nobres lusos, sob a proteção da esquadra inglesa, trazendo consigo a nova «livraria» (toda a *Real Bibliotheca*, da qual fazia parte a *Bibliotheca do Infantado*) considerada, então, uma das mais importantes da Europa. No dia 7 de março de 1808 os seus navios aportaram no Rio de Janeiro. No volume I dos *Anais da Biblioteca Nacional* (1876-77), o Dr. Ramiz Galvão faz uma descrição minuciosa dessa valiosa bagagem de livros e peças a acrescenta: «Não se sabe o que mais se deva admirar, si a excellencia das edições raras si a belleza dos exemplares preferidos pelo douto collecionador, si enfim a boa ordem e perfeição das collecções facticias, prodigio de perseverança e de cuidado. Estão nella reunidas quase todas as provincias do saber humano, representadas pelas obras mais dignas de nota e estima». Não há inventário exato de quantos livros vieram de Portugal. Sabe-se, porém, que poucos anos depois, em 1814, a *Real Bibliotheca do Rio de Janeiro* já contava com mais de 60.000 livros. Estava salvo o grande acervo cultural por-

CARAMURÚ.  
POEMA EPICO  
DO  
DESCUBRIMENTO  
DA  
BAHIA,  
COMPOSTO  
POR  
Fr. JOSÉ DE SANTA RITA  
DURÃO,

*Da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, natural da Cata-Preta nas Minas Geraes.*



LISBOA  
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

ANNO M. DCC. LXXXI.

*Com licença da Real Mesa Censoria.*

tuguês, salvo do incêndio, salvo da destruição e da pilhagem próprias de uma guerra, salvo dos perigos de uma longa e incerta travessia marítima.

Para acomodar o precioso acervo, foi escolhido o extenso porém escuro andar superior do hospital da Ordem Terceira do Carmo, nas partes dos fundos da igreja do mesmo nome, na actual *Rua Primeiro de Março*. Alguns meses depois, informado de que as salas escolhidas não tinham espaço suficiente nem bastante luz, o Príncipe Regente revogou o decreto acima e determinou «seu embargo de quasquer leis», que a «Real Bibliotheca» pasasse a ocupar as *catacumbas* do mesmo edifício, onde se podia fazer «uma mais própria e decente acomodação para a dita livraria». *Essa data, 29 de outubro de 1810, foi oficializada como a da fundação da Biblioteca Nacional*. No ano seguinte, a 13 de maio de 1811, a Biblioteca foi franqueada ao público, se bem que de maneira seletiva, isto é, «aos estudiosos, que para isso obtinham, com facilidade, prévio consentimento régio». Em 1814, caiu essa cláusula e a Biblioteca foi plenamente aberta a população.

Quatro homens, todos portugueses, foram muito importantes nos vinte primeiros anos da Biblioteca: Frei Gregório José Viegas, franciscano; Padre Joaquim Dâmaso, do Oratório de Lisboa; Frei Antônio de Arrábida, também franciscano, e Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Os três primeiros chegaram ao Brasil junto com a família real. Luís Marrocos, aqui aportou mais tarde, em 1811, acompanhando uma segunda leva de livros e peças para a «Real Bibliotheca» e logo foi designado zelador oficial dos Manuscritos da Coroa. Frei Gregório e o Padre Joaquim Dâmaso, ambos bibliotecários régios, foram, juntos, os primeiros encarregados do arranjo e conservação da Real Bibliotheca, com o título de *Prefeitos*. Frei Gregório voltou para Portugal, junto com D. João VI, em 1821. O Padre Dâmaso ficou mais um ano no cargo, quando se demitiu e voltou para Portugal, em 1822, por ter-se recusado a aderir à Independência do Brasil (proclamada em 7 de setembro de 1822). O incômodo que a Independência causou ao Padre Dâmaso nos custou caro. «Este padre, não querendo aderir à Independência do Brasil, voltou para Portugal, levando nessa ocasião, senão todos os manuscritos que lhe estavam confiados, boa cópia deles, ou talvez, a sua máxima parte» (Cabral A. do Valle, *Anais*, V.11, 1885, p. 457).

Apenas para que se tenha uma idéia do que foi o trabalho desses pioneiros, basta anotar que, em pouco tempo (entre 1811 e 1853), eles conseguiram, por doação, compra de espólios o arremates em leilões, mais de 20 mil livros de grande valor, sem contar inúmeras pastas com mapas, desenhos, manuscritos e papéis divesos que, junto com o que veio Portugal, constituem o núcleo histórico atual da Biblioteca. São dessa época as aquisições valiosíssimas das coleções de Frei Veloso, de Manuel Al-

varenga, do Conde da Barca, de Francisco de Melo e Franco, de José Bonifácio e do bibliófilo italiano, residente na Argentina, Pedro De Angelis, entre muitas outras.

Entre 1854 e 1870, não houve aquisições de vulto, tendo o acervo continuado a crescer a base de *propinas*, da assinatura de alguns periódicos estrangeiros e de peças oficiais. *Propinas*, na época, significavam a entrega ao acervo da Biblioteca por força do alvará de 12 de outubro de 1805, de um exemplar de todo e qualquer impresso produzido em Portugal e, depois, na Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Esse alvará era a semente do que viria a ser, bem mais tarde, por Decreto de 20 de dezembro de 1907, o atual Depósito Legal.

Foram estes, resumidamente, os primeiros anos de Biblioteca Nacional. O seu primeiro instrumento administrativo oficial foram os ESTATUTOS DA REAL BIBLIOTECA, datados de 1821, depois substituídos, em 13 de setembro de 1824, pelos ARTIGOS REGULAMENTARES para o REGIMENTO DA BIBLIOTHECA IMPERIAL E PÚBLICA, redigidos por Frei Antônio de Arrábida. Com esse regimento, além de ter-se mudado o nome da instituição para *Bibliotheca Imperial e Pública da Corte*, o seu administrador maior deixou de ser chamado de Prefeito ou Zelador, passando a ser designado *Bibliotecário*.

Em 29 de agosto de 1825, a então *Bibliotheca Imperial e Pública da Corte* estaria mais uma vez no centro de graves decisões políticas. Proclamada a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, Portugal apresentou uma série de exigências, em forma de indenizações, totalmente descabidas, uma vez que eram feitas a um país já independente e soberano. Não fosse o Imperador do Brasil filho do Rei de Portugal e não sonhasse colocar, um dia em sua cabeça, a coroa do reino paterno, na certa tais exigências não teriam sido tomadas em consideração. Enfim, atendendo à *Convenção Adicional do Tratado de Paz e Amizade*, de 29 de agosto de 1825, D. Pedro I se submeteu a exigência de seu pai, e pagou, a título de indenização à Família Real Portuguesa, por suas propriedades que ficaram no Brasil, a quantia, naquela época exorbitante, de um milhão e meio de libras esterlinas, tomadas por empréstimo à Coroa britânica, a altos juros. Entre essas, propriedades encontrava-se justamente a Biblioteca Nacional, que foi definitivamente incorporada ao Império do Brasil pelo preço absurdo, na época, de 800 contos de réis.

A Biblioteca já era uma realidade, pelo menos em termos de acervo. Era tempo de galgar uma nova etapa, em busca de uma organização mais moderna, o que exigia a presença de uma pessoa exata, com grande visão daquilo que deveria ser uma Biblioteca Nacional e que tivesse um temperamento forte, e decidido a enfrentar os problemas estruturais da Casa e a falta de perspectiva cultural dos políticos, patenteados nos endêmicos

cortes de verba e em descabidas interferências na vida interna e nas mais banais rotinas da Biblioteca. Esse homem providencial foi o Frei Camillo de Monserrat, que presidiu a Casa de abril de 1853 até a sua morte, em novembro de 1870, dezessete longos e sofridos anos. Sua luta pela organização técnica de Biblioteca, por um novo prédio melhor adaptado às suas necessidades e por um mínimo de autonomia em sua gestão —uma cheia de derrotas, porém incansável—, foi eternizada por seu sucessor, o Dr. Ramiz Galvão, num alentado estudo biobibliográfico de 520 páginas, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional (Vol. XII, 1884-85).

Dissemos há pouco que entre 1854 e 1870, justamente durante a gestão de Frei Camillo, não tinha havido aquisições de grande vulto que aumentasse sensivelmente o acervo da Casa. Teria sido Frei Camillo culpado por essa súbita parada na formação do acervo da Biblioteca Nacional? —Não, afirma o seu biógrafo. E também falsa outra acusação, segundo a qual Frei Camillo teria deixado de lado, talvez por desânimo, o seu munus de administrador, aproveitando-se das facilidades oferecidas pela Biblioteca para se dedicar a um trabalho pessoal de historiador, paleógrafo e pesquisador. Resumamos, o depoimento de Ramiz Galvão, no cap. VII desse estudo. Os administradores anteriores a Frei Camillo, depois da independência, além das aquisições citadas, «pouco fizeram em verdade a bem da instituição, limitando-se as mais vezes ao ordinário expediente a mandar copiar alguns velhos catálogos ou a fazer novos índices incompletos, sumários e incorretíssimos». Por outro lado o edifício do Carmo, onde a Biblioteca estava localizada, já se mostrava «acanhado e impróprio... sem meios de expandir-se». Um mês depois de ter tomado posse, Frei Camillo dirigiu ao governo um longo ofício, datado de 7 de maio, em que destacava os principais problemas da Biblioteca e apontava soluções adequadas. Não fosse a falta de espaço, seria interessante transcrever, a série interminável de apelos de Frei Camillo ao Governo, que, além de montarem um perfeito painel das deficiências do triste estado em que a Biblioteca se encontrava, revelam também «o perfeito conhecimento profissional, com que Frei Camillo encetou a sua administração».

Frei Camillo era um homem persistente. Mesmo sem ter obtido resposta ao seu primeiro apelo, uma semana depois enviou novo ofício ao governo imperial na tentativa de aperfeiçoar o Decreto n.º 433 de 3 de julho de 1847 (determinando a remessa à Biblioteca de um exemplar de todos os «impresos») que se prestava a diferentes interpretações. Depois deste, outros ofícios se seguiram, na esperança de melhorar a Biblioteca, de melhor servir ao usuário, de recuperar obras valiosas emprestadas a particulares, etc. Mais uma vez não recebeu Frei Camillo qualquer resposta a sua demanda. Em 23 de julho do mesmo ano, a duras penas, Frei

Camillo conseguia a aprovação de um contrato para a importação de livros da Europa, através dos livreiros Didot, Belin e L. & Marizot, que teve de ser rescindido, por não terem os comerciantes cumprido a sua parte.

Em 4 de novembro solicitou ao Governo que ordenasse as províncias e as delegações brasileiras nos diversos países das Américas o envio de informações sobre periódicos e publicações oficiais e particulares, assim como sobre manuscritos existentes nos arquivos das delegações. Foi mais uma decepção: «das províncias foi sempre diminutíssimo o número de publicações que lhe remetteram, e das nossas legações não obteve jamais uma só relação de manuscritos»... Em janeiro de 1856 Frei Camillo, sempre persistente, teve a idéia de solicitar cópia de documentos existentes nos arquivos municipais, que tivessem interesse histórico ou administrativo, para catalogá-los. Mais uma vez não obteve resposta. Enquanto isso, não era difícil encontrar esses papéis nas mãos de colecionadores particulares, que os compravam ou os recebiam como brinde, por favores interesseiros. Quis obter cópia de todas as inscrições existentes nos monumentos públicos da Corte e das províncias, para um catálogo epigráfico. Nada conseguiu. Se não faltava competência ao administrador, faltava interesse da parte dos poderes públicos que negavam verbas, não respondiam os seus ofícios e ainda empregavam na Biblioteca pessoas que, *«salvo poucas exceções, eram todas destituídas de habilitações clássicas, e algumas d'ellas verdadeiros illiteratos, que só por ironia se achavam empregados em tractar dos livros... e nem havia hypothese de fazer aquisições de homens mais habilitados, porque os ordenados eram ridículos»* (Anais, loc. cit., p. 122).

Era uma situação desanimadora. Durante 17 anos Frei Camillo solicitou ao Governo um orçamento próprio para a Biblioteca, «mas os poderes públicos foram surdos». Teimoso e sempre esperançoso, Frei Camillo continuava enviando os seus ofícios às autoridades: «representou, rogou, suplicou e tudo isso foi um cansar-se de balde porque, os nossos administradores tinham questões eleitorais a resolver com preferencias, tinham interesses particulares a patrocinar, tinham política d'aldêa a discutir —só não tinham tempo nem coragem para reclamar da Assemblêa um pouco de verba afim de melhorar o setor da Bibliotheca Pública, cheia de quasi analphabetos» (ib., p. 123).

A Biblioteca estava ligada diretamente ao Império. E a arrogância e a centralização do poder eram tantas que, além de esses nobres senhores nada concederem a instituição, se excediam no cuidado de, acima de tudo, ressaltar a sua autoridade. Imiscuíam-se nas coisas menos relevantes, interferiam nas mais simples resoluções tomadas pelo *Bibliotecário*, tiveram-lhe qualquer iniciativa, independência e autonomia. O biógrafo de Frei Camillo anota alguns casos bem significativos, um dos quais vale a

pena citar: o Marquês de Olinda, por aviso de 11 de abril de 1863, como se não tivesse coisa mais importante a fazer, repreendeu, por escrito, o Bibliotecário por ter este mandado encadenar alguns livros sem a sua expressa autorização. Transformava-se desta maneira o diretor da Bibliotheca em mero encarregado «de sacudir o pó dos incunábulos»... «impuseram-lhe a mais rigurosa tutela, e elle não teve em 17 anos liberdade de comprar um livro, de assignar uma revista estrangeira, de encadernar uma brochura, de dar nome as próprias salas de Bibliotheca» (ib., p. 127).

Aproximando-se do seu cinquentenário, a Biblioteca já não cabia no velho prédio, acanhado e impróprio. O infatigável Frei Camillo, no meio de tantas desilusões, começou uma nova luta, dessa vez pela transladação da Biblioteca para um prédio melhor adaptado ao seu fim próprio. A simples promessa, porém, da doação de um novo prédio já parecia um milagre, obra de alguma força superior que havia trazido essa Biblioteca de Portugal para o Rio de Janeiro, livrando-a de uma guerra e das fúrias do mar, e a conservava viva, quase cinquenta anos depois, apesar de tanto descaso e de tanta incompreensão. A materialização desse milagre se produziu pela oferta de um edificio situado na atual Rua do Passeio, onde hoje funciona a *Escola de Música* da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O prédio era de construção sólida, com vastas acomodações, de certa beleza architectônica e facilmente adaptável aquela finalidade.

No dia 20 de fevereiro de 1855, foram entregues as chaves do prédio ao Frei Camillo, que imediatamente tratou de fazer as reformas internas mais urgentes. Foram três anos de canseiras, de orçamentos sempre podados, do vaivém de ofícios e de reclamações, de muita firmeza e diplomacia, para que o Governo fizesse pelo menos parte do prometido. Enfim, no dia 5 de agosto de 1858 o novo prédio foi inaugurado e aberto ao público. Não era o que Frei Camillo desejava: continuava sendo uma adaptação e faltava-lhe, em muitos pontos, o essencial.

Procedida a inauguração, aberta a Biblioteca novamente ao público, os velhos problemas de antes recommçaram: são cortadas as verbas para aquisição de livros, o grande catálogo sonhado por Frei Camillo continuou a ser sonho, «os illiteratos» funcionários por lá ficaram. Não se sabe o que mais admira: se a pobreza de espírito do Governo, se a persistência de Frei Camillo, que continuava a fazer planos, a pedir verbas como quem pedía esmolos, e a receber recusas ou simplesmente o silêncio como resposta. Oferecer planos ao estudo dos ministros e conselheiros da época, conclui Ramiz Galvão, «equivalia a solicitar o diploma de vesano». Essa foi a luta de Frei Camillo, um dos maiores directores que a Biblioteca Nacional já teve e que foi, paradoxalmente, o que menos fez. «Nada lhe deram em 17 annos, e tal foi a razão porque o melhor de seus projectos ficou sempre na espectativa de dias mais felizes». Os seus pedidos,

porém, eram um retrato daquilo de que a Biblioteca necessitava, e ao mesmo tempo revelavam um plano de trabalho dos mais eficientes.

Frei Camillo organizou também a biblioteca do mosteiro beneditino, foi paleógrafo do Arquivo Público e membro do Conselho da Instrução Pública. A impossibilidade de organizar a Biblioteca Nacional o levou, nos seus últimos anos de vida, a recolher-se a sua sala e a dedicar-se à pesquisa e ao acolhimento aos estudiosos e pesquisadores que procuravam os tesouros de seu valioso acervo. Eis um último testemunho de Ramiz Galvão a esse respeito:

«As delicadas funções de um bibliothecário não se limitam a ordenar e classificar os thesouros confiados a sua guarda. Mais do que tudo é elle o auxiliar diligente dos estudiosos, o guia natural dos que fazem investigações de qualquer natureza, o catálogo vivo em suma, que esclarece e aplanar o caminho dos homens de letras. Nesta parte de suas obrigações não carece de animações do Governo, não precisa de verbas, e pouco se-lhe-dá que os ministros comprehendam ou não as elevadas attribuições de uma bibliotheca pública. Por isso também neste particular, fr. Camillo foi um bibliothecario inexcédível e um verdadeiro modelo a imitar-se. Não se-lhe-approximava um homem estudioso, que não colhesse fructos de similhante consulta» (ib., p. 138-9). Um mês depois da morte de Frei Camillo (14 de dezembro de 1870), foi nomeado para o cargo o seu biógrafo, o Dr. Benjamín Franklin Ramiz Galvão, que o ocupou por 12 años, até julho de 1882. Segundo o seu próprio testemunho, sua nomeação foi efectuada por um Conselheiro de Estado com outra mentalidade, que o honrou com total confiança e lhe deu todos os meios para «transformar a criança trópega e linfática em un adolescente vigoroso, sanguíneo e capaz de um grande futuro». A verba do orçamento foi logo multiplicada por cinco; os salários formam aumentados, sendo possível contratar pessoal idôneo, com o qual foi iniciada a organização de novos catálogos, de acordo com os ditames mais modernos da época; fez-se enfim a reforma geral da Biblioteca, tão sonhada por Frei Camillo. O novo Conselheiro era dotado de raros dotes administrativos, sabia ouvir as reclamações e não tinha aquele vício «da velha escola autoritária e centralizada» (ib., p. 29).

Foi possível, então, trabalhar em paz e com a necessária liberdade para agir sem entraves, sem reprimendas governamentais ridículas e, dispondo de razoável folga no orçamento, fazer profundas reformas estruturais na Casa, aumentar o acervo com a compra de coleções inteiras, viajar pela Europa para estudar a organização das suas melhores bibliotecas, participar de leilões internacionais de livros e outras obras de valor, e a promover, também, o primeiro concurso público para o cargo de bibliothecário, no qual se destacou o grande historiador Capistrano de

Abreu. A «abertura» da Biblioteca viria aumentar a confiabilidade da instituição, o que reverteu em um bom número de doações que só vieram valorizar o seu acervo. Seria longo e enfadonho transcrever aqui a grande lista de aquisições de livros, códices, manuscritos, documentos iconográficos, etc., que, na sua gestão, foram comprados a colecionadores, arrematados em leilões (no Brasil e na Europa) e, sobretudo doados por bibliófilos (cf. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XI, 1883-84, p. 109-11 e 503-84). Além disso, Ramiz Galvão foi também o autor de duas grandes realizações que por si só enobreceriam o seu mandato: editou o primeiro volume dos *Anais da Bibliotheca Nacional* e promoveu a grande *Exposição de História do Brasil* em 21 de dezembro de 1881, da qual resultou o monumental e até hoje admirável e muito consultado *CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTORIA DO BRASIL*, no mesmo ano de 1881, com 1.758 páginas, mais 98 de índices e um *Suplemento*, este publicado em 1863. Outras grandes realizações dessa época foi a publicação do *Catálogo da Exposição Camonianna* (1880), por ocasião do tricentenário do grande poeta lusitano; a fundação do Gabinete de Numismática; a reedição da *Prosopopéia*, de Bento Teixeira; a reedição da *Arte da Gramática da Língua Brasileira da nação Kiriri*, do Padre Mamiani e a publicação dos dois primeiros volumes do grande *Catálogo de Manuscritos relativos ao Brazil*, previstos para 16 volumes. O sucessor de Ramiz Galvão, o Dr. João de Saldanha da Gama, que ficou no cargo até pouco tempo depois da Proclamação da República, quando foi aposentado (12-12-1889), fez substituir a iluminação a gás da Biblioteca pela luz elétrica em 1 de julho de 1885, e criou a *Exposição Permanente de Cimélios*, da qual resolveu um imponente e magnífico catálogo, publicado no vol. XI dos *Anais da Bibliotheca Nacional* (1883-84), com mais de mil páginas, até hoje um imprescindível instrumento de trabalho. Em sua gestão foi feito o primeiro inventário da Biblioteca (julho de 1888), que acusou a existência de 170.671 livros impressos, não incluindo nesse cômputo manuscritos e estampas. Com a Proclamação da República, o Imperador D. Pedro II, ao partir para o exílio, doou à Biblioteca a sua mais valiosa coleção, com mais de 48 mil volumens encadernados, além de brochuras, fascículos, folhetos, revistas, estampas, fotografias, músicas, mapas e manuscritos, que recebeu o nome de *Coleção Teresa Cristina Maria*, em honra de nossa última Imperatriz. Foi a maior doação recebida pela instituição. Saldanha da Gama foi o último administrador da Biblioteca a ter título de *Bibliotecário*. O seu sucessor, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, nomeado em 12 de dezembro de 1889, foi o primeiro a receber o novo título de *Diretor* da Biblioteca Nacional. Tinha-se proclamado a República a alguma mundaça tinha de ser feita. Era esse um dos primeiros e únicos atos de «republicanização» da Biblioteca. Pouco depois, em 13 de outubro de 1890, Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pú-

blica do Governo Provisório da recém-criada República, assinou um decreto de reforma da Biblioteca, sem qualquer valor prático, que não passou de um superficial verniz republicano sobre as suas velhas paredes e que em nada interferiu nos seus velhos esquemas. A propósito, é interessante observar que nos *Anais da Biblioteca Nacional*, nos volumes referentes aos anos de 1888, 1889 e 1890, não existe uma só palavra sobre dois grandes acontecimentos da nossa história: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Não há aí uma pista sequer onde o mais arguto pesquisador possa deduzir que tenha havido no país mudanças tão radicais.

Até o final do século vão desfilando os novos Diretores, o acervo continua crescendo, com grande rapidez e uma outra ala é construída no prédio que se mostra cada vez mais acanhado e insuficiente. Em 1894 calcula-se que a Biblioteca já possui cerca de 228.000 livros, e que o seu crescimento chega a ser de mais de mil peças por ano. Em 1895 faz-se um novo inventário, obtendo-se um resultado impressionante: 416.183 peças, entre livros, manuscritos, códices encadernados, moedas e medalhas antigas. Esse aumento do acervo torna cada vez mais patentes as deficiências do prédio. O século XIX chega ao fim com a Biblioteca completamente entulhada. Cinco anos depois, quase não existe mais espaço para a circulação dos usuários, os serviços se complicam, colocam-se estantes nas passagens, corredores são transformados em salas... A Biblioteca inspira, cada vez mais, confiança e as doações continuam se multiplicando e não falta dinheiro para novas compras. Por aproximação, chega-se a conclusão de que houve, nesses mesmos cinco anos, um aumento de cerca de 300 mil peças, em relação ao inventário anterior: 292.541 livros impressos; 7.073 cartas geográficas impressas; 572 cartas e planos manuscritos; 253.884 documentos manuscritos; 6.296 periódicos; 368 partituras musicais; 116.751 estampas e desenhos; 27.847 moedas e medalhas. Total: 705.332 peças (cálculo baseado em levantamento feito pela bibliotecária da Biblioteca Nacional. Lygia Cunha, in «Brasil 1900-1910», p. 158). Só na administração de Teixeira de Mello (1895-1900) é que amadurece a idéia da construção de um novo prédio, como única solução viável. Mas, não se pode negar, a Biblioteca estava consolidada, já era conhecida, já se constituía como um centro cultural do qual o país poderia se orgulhar. Grandes escritores, poetas e futuros grandes nomes da nossa literatura a frequentam e aí deixam os seus autógrafos, como, entre outros, José de Alencar, Machado de Assis e Fagundes Varela.

## II. O NOVO PRÉDIO DA BIBLIOTECA NACIONAL

### *Grandes reformas, a luta pela autonomia, a organização atual (1901-1990)*

Se a idéia da Construção do prédio atual da Biblioteca amadureceu e se firmou na gestão de Teixeira de Melo, só passados cinco anos ela iria tornar-se realidade, com o seu sucessor, Manuel Cícero P. da Silva. Sua nomeação se deu em 30 de junho de 1900, e sua posse menos de um mês depois, em 13 de julho. O seu mandato foi o mais longo, de todos, até hoje: 24 anos (1900 a 1924). Além de longa, essa administração foi também das mais fecundas. Acompanhou a construção do novo prédio da Biblioteca, foi responsável por sua transferência, presidiu a todo o seu novo planejamento estrutural, promoveu transformações administrativas, intensificou o Serviço de Intercâmbio Bibliográfico, e modernizou a maior parte de seus serviços internos. Entre as suas iniciativas convém citar o novo Regulamento da Biblioteca (Decreto 8835, de 11 de junho de 1911), que, entre outras coisas, instituiu o *Catálogo Coletivo* das bibliotecas da cidade, a catalogação cooperativa e a *Classificação Decimal Universal* (CDU) e lançou o *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*, de acordo com as normas da CDU. Em 1908, estabeleceu um acordo com a Diretoria-Geral dos Correios que fez aumentar bastante o afluxo ao acervo da Biblioteca, pois muito ajudou no cumprimento do decreto relativo ao Depósito Legal. A fim de que os bibliotecários tivessem um contrato mais profundo com a cultura do país, patrocinou séries de conferências sobre literatura, folclore, ciências, etc., proferidas por personalidades de renome.

O trabalho mais monumental dessa administração não deixa de ser, evidentemente, a construção do atual prédio da Biblioteca. Quando de sua inauguração, o edifício, além de ser monumental e de projetar-se como uma verdadeira obra de arte arquitetônica, era provido de instalações e acomodações totalmente de acordo com as mais modernas exigências técnicas da época, desde as grandes estruturas até as minúcias, como se pode ver na *Justificação do Projeto* assinada pelo seu projetista-Constructor, o engenheiro General Francisco Marcelino de Souza Aguiar.

No 1.º item das «Especificações» do prédio, Souza Aguiar calcula que suas prateleiras comportarão 1.559.000 livros impressos, sem contar o espaço destinado aos manuscritos, estampas, moedas, etc. Hoje, 1991, calcula-se que a Biblioteca Nacional tenha um acervo aproximado de 9 milhões de peças, o que não parece ser absurdo, pois nas «Especificações», ao falar dos depósitos destinados a esses 1.599.000 livros impressos, o engenheiro refere-se tão-somente aos dois grandes armazens, um de cada lado do 3.º andar do edifício, cada um deles com 6 pavimentos

internos. Hoje algumas das salas estão divididas, verticalmente, por mezaninos, divisões estas que duplicam a sua capacidade; não se refere tampouco o engenheiro a diversos outros salões hoje ocupados por livros e outras peças, e que, na planta, serviam para outros fins. O que mais importava era que se pensava em construir, enfim, um espaço planejado para abrigar uma biblioteca. Não se tratava mais de uma adaptação, de um paliativo. O que importava era que, enfim, o Governo tomava a decisão de construir o novo prédio. Em 1905 era iniciada a construção.

Tendo em vista a organização do novo espaço em construção, Manuel Cícero começou a programar a sua ocupação, sua divisão e os seus móveis, de acordo com as mais recentes técnicas utilizadas nas bibliotecas mais modernas. Para isso ausentou-se do país por oito meses visitando as grandes bibliotecas públicas dos Estados Unidos e da Europa, a fim de anotar o que lá havia de mais avançado e mais funcional e também de contratar, pessoalmente, o fornecimento de material adequado inexistente no Brasil.

Em 1 de setembro de 1909, foi iniciada a transferência do acervo para o novo prédio, só terminada em 21 de fevereiro do ano seguinte, trabalho este minuciosamente relatado no Relatório de Diretoria (*Anais*, V. 32, p. 765-69). As minúcias e sobretudo a eficiência aí descritas não são meras figuras de retórica. Por exemplo, segundo testemunhos de época, a mudança do prédio, com o transporte de mais de 700.000 peças, foi tão bem planejada e executada, que em nenhum momento as consultas foram interrompidas. Cada caixote de livros que saía do velho prédio era imediatamente colocado no seu novo local, podendo os livros serem utilizados sem solução de continuidade. A inauguração da nova Biblioteca foi no dia 29 de outubro de 1910, exatamente 100 anos depois do dia e mês da sua instalação oficial. O cansativo trabalho de transferência, das novas arrumações e da inauguração, não arrefeceu o ânimo de Manuel Cícero. Menos de um ano depois, em 11 de julho de 1911, ele criava o Curso de Biblioteconomia, no próprio recinto da Biblioteca, o terceiro do mundo, e o primeiro das Américas, seguindo o modelo da *Ecole de Chartres* (Paris): aulas de bibliografia (história do livro, catalogação, administração de bibliotecas, etc.), paleografia e diplomática, iconografia e numismática.

Em 1928, já na gestão de Mário Behring, no cargo entre 1924 e 1932, a Biblioteca assumiu a publicação de uma nova coleção, intitulada *Documentos Históricos*. Seus dois primeiros volumes foram publicados pelo Arquivo Nacional, tendo a Biblioteca recebido o seu encargo a partir do volume terceiro. Tratava-se da recuperação, transcrição e publicação, em livro, de textos básicos para o estudo da história pátria, cujos originais pertencem ao acervo desta Biblioteca. São textos raros, nem sempre em bom

estado de conservação, de difícil manuseio, e que só através dessa coleção poderiam chegar ao público. A coleção chegou até ao volume 110, estando todos eles já esgotados. A atual Administração tenciona dar continuidade à série e reeditar os volumes já esgotados. Ao ser substituído no cargo pelo Dr. Rodolfo García, o Dr. Mário Behring deixou publicados 19 volumes dos *Documentos Históricos*.

Rodolfo García, foi mais um director cujo nome não se pode silenciar. Seu mandato, que se estendeu de 1932 até 1945, foi igualmente fecundo, sobretudo pelo conseguiu realizar, apesar de ter sido a sua gestão atormentada, novamente, por um míngua orçamento e pela tortuosa fase, que nesse período de 13 anos, marcou a própria organização política do país: os rescaldos da Revolução de 1930 —quando o Presidente da República, Washington Luís, foi deposto pelas forças vindas do Sul, sob o comando de Getúlio Vargas— até 1945, com a queda do Estado Novo. Entre esses dois acontecimentos, o Governo não teve muita disposição para atender as reivindicações da Biblioteca, por mais justas que fossem, uma vez que era a própria crise institucional do país o que mais o preocupava. Entre 1932 e 1945, houve a Revolução Constitucionalista de São Paulo, os movimentos considerados subversivos de 1935 e 1938, a implantação do Estado Novo em 1937 —com a sua interminável sequência de atos ditatoriais—, os cinco longos anos da II Guerra Mundial e a queda e liquidação do Estado Novo, em 1945. Mesmo assim, Rodolfo García conseguiu recompor o prédio, reestruturar os cursos da Biblioteconomia, proceder a uma reforma administrativa, muito criticada, aliás, pelo seu sucessor, por achá-la insuficiente e pouco prática, organizar a Seção de Referências e, sobretudo, dar vida nova a Seção de Publicações, cujo resultado mais prático foi ter deixado publicada ou pronta para ser enviada ao prelo, uma centena de novas edições, na sua maioria referentes a assuntos históricos —como por exemplo, 70 volumes da coleção *Documentos Históricos*, diversos volumes com o texto dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, algumas obras avulsas e 20 volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional* («Quando assumi a direção da Biblioteca, em 21 de novembro de 1932, encontrei essa publicação com o atraso de 12 anos») (*Anais*, v. 61, p. 554). Com a sua saída, novamente os *Anais* pararam de ser publicados, pelo espaço de 5 anos, sendo retomados em 1948, já sob a administração de Josué Montelo. Esse longo mandato de Rodolfo García pagou, porém, o seu tributo. Pouco a pouco o seu afã pela pesquisa e pelas publicações levou-o a esquecer o lado administrativo, no sentido pleno de palavra. Em alguns detalhes e até em coisas bastante graves, a sua gestão passou a revelar um certo cansaço: falhas na organização interna, um certo desleixo no tocante a classificação e catalogação de livros, foram-se acumulando no correr desses 14 anos, ainda agravados, cer-

tamente, pelas esquelas deixadas pela ditadura Vargas. Com a reforma de 1944, o bibliotecário Rubens Borba de Moraes, foi nomeado para chefiar uma das duas Divisões da Casa, cargo estranhamente intitulado de *Preparador*. Em relatório confidencial ao Ministro da Educação e Saúde, em março de 1945, Borba de Moraes expôs o seu ponto de vista sobre as falhas administrativas e estruturais da Biblioteca. Não nos cabe julgar a estatura ética desse tipo de relatório, mas podemos afirmar, com a sua leitura, que ele apresenta uma minuciosa análise do que a Biblioteca era na época e, ao mesmo tempo, deixados de lado alguns exageros, uma série de propostas positivas.

Terminara a II Guerra Mundial e caía a ditadura do Estado Novo. Em novembro desse mesmo ano, exatamente em 21 de dezembro de 1945, confiando nos planos de reforma do *Preparador*, Rodolfo García foi substituído pelo próprio Borba de Moraes na direção da Biblioteca. No seu *Relatório de Diretoria* de 1946, o novo Director resume em 5 pontos fundamentais o seu plano de ação: «1.º - reorganização técnica de todos os serviços; 2.º - início de uma recatologação de todo o acervo, baseada em normas e princípios universalmente adotados; 3.º - criação de serviço especial para livros raros; 4.º - limpeza e desinfecção dos livros; 5.º - reforma do prédio e instalação nova para o público». Tirando proveito de conhecimentos adquiridos quando exerceu o cargo de Director da Biblioteca das Nações Unidas em Nova Iorque, conseguiu, através da *Rockefeller Foundation*, sem qualquer ônus para o Tesouro Nacional, «três notáveis especialistas da *American Library Association* e da *Rockefeller Foundation*, que, com dedicação e eficiência, trabalharam conosco dia a dia, perscrutando e analisando os mínimos detalhes da Biblioteca Nacional, resultando daí um acabado plano para todos os seus serviços». Um desses técnicos americanos, especialista em catalogação, encarregou-se de treinar os bibliotecários da Casa nos métodos mais actuais dessa disciplina. De lado brasileiro Borba de Moraes teve a ajuda de Sérgio Buarque de Holanda, do escritor e crítico Josué Montelo e do laureado historiador José Honório Rodrigues. Eses dois últimos foram, posteriormente, directores de Biblioteca Nacional.

Quanto aos 5 «pontos» do plano de Rubens de Moraes, o segundo e o terceiro, merecem comentário à parte, por terem sido realmente inovadores: a catalogação do acervo e a criação de um serviço especial para as obras raras. Quanto à reorganização dos serviços, sua reforma constituiu quase simplesmente em ter ampliado o quadro de funcionários de maneira mais funcional, e atribuído aos chefes de Divisão o título de directores. Isso fez com que, pela quarta vez, fosse modificada a denominação do mais alto cargo da Biblioteca: para não ser confundido como os directores de Divisões, passou a ser chamado Director-Geral.

Deve-se reconhecer que, de fato, a catalogação e classificação do acervo estavam paradas e o trabalho já efetuado era impreciso e seguia métodos heterogêneos. Com o auxílio dos técnicos americanos foi adotado a método *Dewey* de classificação, catalogada e recatalogada uma acentuada quantidade de livros e feito um bom número de fichas já antiquadas. Uma das maiores falhas da Biblioteca, porém, era ela não ter um serviço especial encarregado de zelar pelas suas obras raras, apesar de o seu acervo ser composto, em grande parte, de livros, manuscritos e outras peças realmente raras, muitas delas únicas e, portanto, insubstituíveis. Como resultado do relatório apresentado pelo Dr. William Jackson, diretor da biblioteca especial de livros raros da Universidade de Harvard, a respeito dessa falha, tratou o Diretor-Geral de «criar urgentemente um organismo que tivesse por escopo principal, zelar pelo mais precioso patrimônio da Biblioteca». E assim, foi criada oficialmente em janeiro de 1946 a Divisão de Obras Raras e Publicações. Seu primeiro Diretor foi o conhecido historiador José Honório Rodrigues.

A tarefa inicial da recém-criada Divisão consistiu em selecionar, separar e juntar num só lugar as inúmeras preciosidades espalhadas pelas diversas salas da Casa, limpá-las, desinfetá-las, catalogá-las e acomodá-las em armários especiais. Esse trabalho se estendeu também aos manuscritos. Para esta tarefa foram também contratados o historiador e paleógrafo Jayme Cortesão e mais três licenciados em História, que receberam «a incumbência especial de catalogar e classificar várias gavetas cheias de documentos até então desconhecidos, e conseguiram catalogar e classificar 13.241 peças», das 600.000 que se calculava existirem na Seção. O mesmo trabalho se tentou fazer nas Seções de Iconografia e Periódicos. O trabalho não ficou completo, pois não era possível fazê-lo numa única gestão, mas a semente estava lançada e cabia às diretorias seguintes fazê-la crescer.

Dos demais planos de Borba de Moraes, um não foi sequer iniciado: a construção de um novo prédio para a Biblioteca Nacional. Suas reformas administrativas e o que ele fez, relativamente às obras raras, permaneceram, na sua essência: as metodologias de classificação e catalogação que antes seguiam um gabarito de origem francesa, e que Borba de Moraes trocou por uma metodologia norte-americana, mais moderna, permanecem até hoje.

Na gestão do seu sucessor, Josué Montelo (1948 a 1951), foi inaugurado o Laboratório de Microfilmes e de restauração, com máquinas que na época eram as mais modernas no mercado internacional. Sua finalidade, então, era a cópia dos livros e manuscritos raros para possibilitar o seu manuseio pelos pesquisadores, sem o perigo de deteriorá-los.

De 1944 a 1971 não foram publicados Relatórios anuais de Direto-

ria, o que vem ser uma falha lamentável para a história da Biblioteca. Os Relatórios de Borba de Moraes, aqui várias vezes citados, foram apenas datilografados, para uso de um público dirigido. Em 1948 o Diretor-Geral Josué Montelo publicou, à parte, fora dos *Anais*, o seu discurso de posse, intitulado *Problemas da Biblioteca Nacional*, com 23 páginas, onde expõe os seus planos de desenvolvimento e intensificação das atividades ligadas a catalogação, conservação e expurgo do acervo, modernização das publicações, divulgação das principais peças iconográficas e restauração das coleções preciosas. Era a continuação e o aperfeiçoamento dos planos e do trabalho do seu antecessor.

Entre 1945 e 71, o País, por sua vez, continuou no seu longo e acidentado treinamento republicano, com altos e baixos bastante acentuados. Em 1945 as Forças Armadas depõem Getúlio Vargas e a ditadura do Estado Novo; em 1951 Getúlio volta ao Governo, dessa vez eleito pelo povo; os militares não gostam e Vargas, para não ser novamente deposto, se suicida (1954). Em 1956, foi eleito Presidente da República o Sr. Juscelino Kubitschek, que mudou a Capital do país para Brasília e, no meio de intermináveis discussões sobre o que seria e o que não seria transferido para a nova Capital, «assumiu o compromisso público de não retirar do Rio a Biblioteca Nacional» (Guía da Biblioteca Nacional, MEC, 1960, p. 15, publicado pelo Diretor-Geral Elísio Condé). Em 1961 assumiu a Presidência da República o Sr. João Goulart, que assinou a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional e foi deposto em 1964 pelos militares, que instituíram a longa ditadura brasileira, a mais longa de todas, que iria durar 21 anos.

Durante os mais de 20 anos, entre a saída de Borba de Moraes e a nomeação de Jannice Monte-Mór, como Diretora-Geral (1971), sete diretores-gerais se sucederam, todos eles lutando contra as dificuldades orçamentárias, contra o número sempre insuficiente de pessoal técnico e a consequente impossibilidade de levar a frente as tímidas reformas programadas, outros tentando driblar as armadilhas da ditadura militar. Mesmo assim, em 1951, foi mais uma vez retomada a publicação do *Boletim Bibliográfico*, parado desde 1945; dos *Documentos Históricos*, que não sofreram solução de continuidade até seu volume 110 (1955), quando cessaram de ser publicados; foram realizadas inúmeras exposições de caráter educativo com material do acervo; foram ampliadas as obras dos Laboratórios de Microfilmagem e Restauração; foi remodelada a rede elétrica do edifício, modernizado o seu sistema contra incêndio, compraram-se novas máquinas de ar condicionado a expurgo. Sob a direção-geral do filólogo e medievalista Celso Cunha (16-02-1956 a 27-04-1960), houve um incremento nas atividades culturais: exposições de BN no exterior (Madrid, Lisboa, Granada, etc.), o *Festival do Livro da América*, colaboração no

*Simpósio de Filologia Românica* com a Faculdade Nacional de Filosofia, e no *I Congresso Brasileiro de Dialectologia*. Também nesse período foram incorporadas ao acervo obras valiosas como uma *Coleção Camoneana*, a biblioteca do antropólogo Artur Ramos e a maior coleção especializada em música da América. Esta coleção, comprada pela BN em 1953, era então constituída de 17 mil peças raras (literatura musical e partituras dos séculos XVII e XVIII). Actualmente a Divisão de Música e Arquivo Sonoro conta com mais de 200 mil peças. Por ocasião do sesquicentenário da instalação da Biblioteca Nacional (1810-1960) e do cinquentenário da inauguração do predio atual (1910-1960), a Biblioteca organizou um programa cultural, dentro e fora do país, digno de nota sob todos os aspectos. No país: *Exposição Affonso Celso*, *Exposição do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária*, *Exposição Frederico Chopin*, e *Exposição de Incunábulo*s. No estrangeiro: *Exposição do Livro Brasileiro Contemporâneo*, em Paris, em Praga, em Roma, em Assunção, em Utrecht (Holanda), em Nova Iorque e em Wisconsin. Foram instituídos diversos prêmios, durante o ano do sesquicentenário: de Bibliologia, de Ecdótica e de Bibliopatologia. No tocante às publicações, segundo Elísio Condé, «o período da gestão de Celso Cunha ultrapassou o número de todas as administrações anteriores». Como as comemorações do sesquicentenário eram planejadas para todo o ano de 1960, e Celso Cunha teve de deixar a direção da BN no mês de abril desse ano, o seu sucessor, o escritor Elísio Condé, identificou-se com o seu programa e o levou a cabo. Realizou todas as exposições programadas e continuou o plano de edições em preparo, tendo publicado, em fac-símile, alguns álbuns com texto original e belas reproduções coloridas do acervo iconográfico da Biblioteca.

Não se pode afirmar, portanto que, sob o ponto de vista de eventos culturais e de publicações, esses vinte e poucos anos tenham sido estereótipos. Entretanto, dirigida às vezes por renomados intelectuais, porém sem a cancha do administrador, ou mesmo reconhecendo tal carência, mas sem o cuidado de se cercarem de um staf especializado, a Biblioteca Nacional, sob esse aspecto, decaiu bastante. Em 1971, no seu primeiro Relatório de Diretoria, D. Jannice Monte-Mór relata com extrema clareza (cruzeza?) o descalabro administrativo com que se deparou, logo que assumiu a Diretoria da Biblioteca.

Ela atacou com firmeza o problema, e conseguiu, forças, ainda, para cuidar da aquisição de valioso material bibliográfico e iconográfico, e de fomentar programas de divulgação e difusão cultural. Neste particular não poupou esforços por continuar o trabalho de integração da BN no contexto cultural do país, a través de cursos, conferências, exposições, participação em congressos, levando a BN a integrar o *Comitê Internacional de Directores de Bibliotecas Internacionais*, e fazê-la receber a honrosa in-

cumbência de representar as Bibliotecas Nacionais da América Latina. Foi mantido, igualmente, o ritmo das publicações do *Boletim Bibliográfico*, dos *Anais da Biblioteca Nacional* e dos *Relatórios de Diretorias*, e foi criado o *Centro de Documentação da Música Européia do Século XX*, com a participação de diversos países europeus. A luta mais penosa seria no terreno básico da reorganização e modernização administrativa da BN. Ciente de que a grandiosidade do problema não poderia ser tarefa para uma só pessoa, contratou, em 1971, a assitência técnica da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, a quem incumbiu de fazer um estudo abrangente e crítico da situação da Biblioteca e que viesse acompanhado de um esquema detalhado de soluções práticas. Depois de vários meses de trabalho, a FGV elaborou um Diagnóstico Preliminar, a partir de qual foram indicadas soluções e levantadas linhas de ação resumidas em cinco projetos. 1 - Organização administrativa e estrutura organizacional; 2 - Organização do sistema de pessoal; 3 - Espaço físico; 4 - Racionalização do trabalho; 5 - Sistema de planejamento. Todos eles foram cientificamente estudados e detalhados e não faltu vontade de pô-los em prática.

Nem tudo, porém, foi conseguido. A gestão de Jannice Monte-Mór durou quouase toda a década de 70 (1971-79) e, como ela mesma reconhece, algumas metas foram alcançadas, outras não. Citemos apenas os êxitos: a implementação pelo menos parcial da pretendida reforma administrativa; tombamento do edifício-sede pelo IPHAN, em 1973, e sua recuperação física; implementação da microfilmagem visando à preservação do acervo; desenvolvimento do Formato CALCO (Catalogação Legível por Computador), depois transferido para a Fundação Getúlio Vargas por descuido ou falta de interesse do seu sucessor; inventário do acervo de periódicos e processamento por computador do catálogo correspondente; inventário das diversas Seções e Divisões de Referência Especializada, pela primeira vez realizado na BN, seguindo metodologia moderna e previamente testada; instalação de telex e do terminal de computador PRO-DASEN (ligação direta ao Sistema do Senado, para atender às demandas de informações sobre legislação); implantação no Brasil do Sistema ISBN; designação da BN, pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, como biblioteca depositária das fitas magnéticas do Formato MARC-II, e aumento de pesquisas nas áreas de conservação e restauração de documentos (com a participação de técnicos estrangeiros e nacionais, e de biólogos e químicos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

Três projetos a Diretora não conseguiu realizar, apesar de toda luta envidada: o aumento do espaço físico da Biblioteca, a lotação do quadro de pessoal, tanto técnico quanto auxiliar, e a autonomia administrativa da Biblioteca (Jannice Monte-Mór, *A Biblioteca Nacional em março de 1979*. 27 p./Texto datilografado/).

Esse problema da autonomia administrativa e financeira da BN é um capítulo à parte e vem de longe, vem das suas próprias origens.

Quando sabemos que para a simples mudança do seu acervo de um andar para outro, nos fundos da Igreja do Carmo, em 1810, foi necessário um decreto real; quando sabemos que foi preciso um novo decreto real para que a Biblioteca se abrisse ao público, em 1811; quando vemos o Frei Camillo de Monserrat sofrer reprimendas, do Governo Imperial, em 1863, por ter mandado encadernar alguns livros sem a sua autorização expressa —compreendemos a explosão do Director Manuel Cícero, em 1912: «*biblioteca e serviço oficial são coisas difíceis de conciliar*». Em 1945 é a vez de Borba de Moraes: «*Quem estuda a história da administração da BN verifica que, em cento e trinta e cinco anos de existência, a grande falha de sua organização foi sempre a falta de autonomia, ou melhor, de métodos de administração peculiares ao tipo de serviço que deve prestar. Todos os seus directores são unânimes em se queixar desse mal congénito*». Compulsando alguns dos documentos mais antigos referentes à BN, poderíamos fazer um verdadeiro e extenso colar de falsas pérolas, cada uma delas representando um ato inútil de interferência descabida das mais altas autoridades do país, do rei, passando pelos imperadores, regentes, presidentes, ministros, até os mais variados escalões de seus prebostes, todos ansiosos por mostrar um poder que, a mais das vezes, simplesmente emperra o andamento das instituições. Algumas dessas pérolas: 20 de outubro de 1811: o Director, Pe. Dâmaso, pede instruções a um Ministro de S.A. o Príncipe Regente D. João sobre «a que pessoas possamos confiar livros dentro da... Real Bibliotheca... e a quem é vontade de S. Alteza que se empresten»; 22 de novembro de 1822: José Bonifácio acha necessário enviar ao Director da BN, «como manda Sua Majestade o Imperador», ordens e normas para a confecção de um catálogo de duplicatas e para «a venda do que não for necessário coleccionar», acrescentando detalhes ridículos, partindo de tão alto cargo: «distribuindo as mencionadas obras em lotes, formados promiscuamente das de maior ou menor estimação e cujo produto será applicado a benefício da referida Bibliotheca»; 10 de dezembro de 1822: José Bonifácio assina solene aviso, pelo qual «Sua Majestade o Imperador pela Secretaria do Estado dos Negocios do Império manda participar ao... Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda» apenas isto: que se façam tapar os buracos do telhado da Casa pelos quais «a chuva tem penetrado com grande risco de destruição dos livros»; para que se façam alguns reparos no edifício danificado pela queda de um raio, no dia 19 de abril de 1823, é preciso aviso do Imperador, igualmente assinado por José Bonifácio; para se estabelecer o «ponto» dos empregados da Biblioteca (1827), o Visconde de S. Leopoldo teve de levar o pedido da Diretoria «à Imperial Presença», no mesmo officio o Director solicita a Sua Majestade

a demissão de dois empregados. Até num mero recibo de algumas cadeiras recebidas por Frei Antônio de Arrábida, em abril de 1823, tinha de aparecer a marca do poder. Não se recebiam cadeiras sem autorização do Imperador! «Pela Especial Ordem e Augusta Determinação de S. M. o Imperador, recebi... 12 cadeiras de palhinha», etc., etc. Na República nada mudou. Só que em vez das solenes e majestáticas nomenclaturas, somos hoje brindados como siglas que no fundo não passam de outras tantas manifestações da mesma força castradora que regime algum consegue amortecer. Pelo contrário, está sempre mais robusta. E como parece ser indestrutível, a única solução seria sair do seu círculo, cair fora da sua influência. Citemos mais uma vez Borba de Moraes: *«Não resta a menor dúvida que as instituições culturais não podem se enquadrar estritamente dentro das normas burocráticas do serviço público federal. Uma biblioteca é uma instituição sui generis, com necessidades específicas, funcionando com um pessoal técnico muito especializado, que depende, muitas vezes, de preparo e de qualidades pessoais difíceis de se enquadrar pura e simplesmente dentro da classificação geral dos funcionários públicos. Tenho sempre dito e nunca me canso de repetir: as bibliotecas públicas e, especialmente as nacionais, não podem funcionar sob o regime de repartição pública, entrosada ferreamente no organismo burocrático do Estado»* (ib., p. 29-30).

Na década que estamos estudando, apesar de a vitória parecer tão utópica quanto nos tempos do reinado e do império, a luta não arrefeceu. Em 7 de junho de 1971, D. Jannice Monte-Mór enviou ofício ao Governo solicitando *«a transformação da Biblioteca Nacional em órgão autônomo, vinculado ao Ministério da Educação e Cultural»* (Anais, vol. 91, 1971, p. 365). Ela também sentia na pele o peso do autoritarismo do Governo Central, como podemos perceber à simples citação de outros ofícios, em que necessitava do seu beneplácito para cumprir meras rotinas administrativas: redistribuição de funcionários para a BN (9-6-71); contratação de estagiários para treinamento na BN (29-6-71); alteração do plano de aplicação de convênio para reparo nas instalações, recuperação do laboratório de microfilmes, encadernação de 500 volumes de manuscritos e compra de material (7-7-71); solicitação de guardas para vigilância e proteção da BN; providências para inscrever a BN no Serviço Nacional de Telecomunicações e instalação de telex: nomeação de especialista para chefiar pesquisa em bibliopatologia —isso tudo no seu primeiro ano de gestão. Não podia um director-geral resolver sozinho esses tipos de problemas? Pelo *status* adquirido pela BN dentro e fora do país, tornava-se cada vez mais sem propósito deixá-la à mercê de um rançoso tratamento burocrático que não consegue captar suas reais necessidades; e, em se tratando de cargo eminentemente técnico e cultural, continuar a ver os seus directores-gerais, assessores e directores eternamente sujeitos às oscilações polí-

tico-partidárias, interrompendo importantes projetos de trabalho com a queda de um ministro ou não podendo ser demitidos, se ineficazes, por empecilho meramente político. Dois meses antes de sua substituição na Direção-Geral, por mudança de governo, D. Jannice Monte-Mór ainda bate na mesma tecla, mostrando que, nesse particular, sua luta, havia sido inútil: «*Por fim, mas não menos importante, aponto a situação equívoca de subordinação administrativa da BN... como das mais sérias dificuldades de funcionamento da Casa*».

Pouco mais de um ano depois, e como se fosse por castigo, em vez da necessária autonomia administrativa e financeira tão desejada pela maioria dos directores e tão batalhada por Jannice Monte-Mór, e antes dela por Manuel Cícero e Borba de Moraes, o Governo Federal apresentou a Biblioteca Nacional com mais duas vinculações, mais dois pares de algemas: pela Portaria Ministerial n.º 585, de 29 de outubro de 1981, a BN foi incorporada à *Fundação Nacional Pró-Memória*, que por sua vez se subordinava à *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Segundo todos os depoimentos orais consultados, essa vinculação, além de intempestiva, foi um total desastre para a BN. Em fevereiro de 1982, Célia Ribeiro Zaher foi nomeada Diretora-geral, e pôde, por seus méritos pessoais e pela ascendência que desfrutava junto à classe política, romper algumas barreiras levantadas por essa situação. Conseguiu atualizar e melhorar a estrutura interna da BN, instalando a Seção de Música e Arquivo Sonoro em local mais apropriado, proporcionando aos funcionários treinamento de recursos humanos, restaurando o prédio, introduzindo efetivamente a automação bibliográfica através de trabalho cooperativo com a Fundação Getúlio Vargas (Sistema BIBLIODATA/CALCO), ampliando a sala reservada à Seção de Iconografia e criando o Plano Nacional de Obras Raras (PLANOR): com o apoio financeiro da CAPES, pôde enviar técnicos da BN cursar e estagiar em grandes centros internacionais de pesquisa em papel e restauração de obras e trazer especialistas internacionais para darem outros cursos na própria Biblioteca. Os agradecimentos escritos pela Diretora-Gral, no último parágrafo do seu Relatório de 1983, refletem, porém, nas entrelinhas, que o seu trabalho se deu, *antes de tudo, à benevolência de pessoas que, nos diversos escalões do Governo, lhe deram a mão, uma liberdade de ação e uma flexibilidade suficientes para que tomasse decisões objetivas* — que não é normal. O apoio efetivo a uma Biblioteca Nacional deveria ser uma rotina, não deveria ficar na dependência da boa vontade ou da diligência fortuita de políticos, por mais altos que sejam os seus escalões. O que viria em seguida, infelizmente, apenas serviu para corroborar esta nossa conclusão. A Lei n.º 7.624, de 5 de novembro de 1987, art. 2.º par único, desvinculou a Biblioteca da *Pró-Memória*, não para lhe dar maior autonomia, mas para atrelá-las a uma nova fundação, a *Pró-Leitura*.

O decreto do Presidente Sarney, de n.º 95.674, de 27 de janeiro de 1988, que aprovava o estatuto da *Pró-Leitura*, foi outro tiro mortal nas pretensões autonomistas da Biblioteca. No seu cap. I, entregava à *Pró-Leitura* atribuições que sempre tinham sido da Biblioteca, como estimular a publicação de obras culturais, programar e dar cursos de biblioteconomia, etc. O artigo 17 determinava que o Diretor-Geral da BN pasava a ser nomeado, «*Mediante indicação do Presidente da Pró-Leitura*». O *Regimento Interno da Biblioteca* (de 22 de junho de 1989, cap. III, art. 8.º) tirava toda e qualquer pretensão dos diretores-gerais da BN de gerir a instituição, pois submetia cada um dos seus atos, no que toca a «dirigir, supervisionar, coordenar e orientar as ações institucionais da Biblioteca Nacional, internas e externas» à aprovação explícita da Presidência da... *Fundação Nacional Pró-Leitura*. Isso não era apenas teoria. Antes da aprovação desse regimento, o Presidente da *Pró-Leitura*, assim definiu o que o diretor-geral da Biblioteca podia fazer *sem a sua autorização expressa*: designação e dispensa para cargos ou funções de confiança; anotações em carteiras de trabalho; autorização para trabalho extra; aprovação para escala de férias; encaminhamento de licença médica e de maternidade (Decisão Executiva n.º 004, de 6 de junho de 1988); concessão de dispensa a funcionários, a pedido (Decisão Executiva n.º 007, de 22/12/88); constituição de licitações, homologação de seus resultados e adjudicação de fornecimentos (Decisão Executiva n.º 003/89, de 19/abr./1989). Reduzia-se o diretor-geral da Biblioteca Nacional a um mero chefe de Seção de Pessoal e Serviços Gerais de qualquer empresa. Nada lhe foi concedido — como seria de direito — no tocante às actividades culturais.

A década de 80 teve cinco diretores-gerais: Plínio Doyle (1979-82). Célia Ribeiro Zaher (1982-84), de quem já falamos, Maria Alice Barroso (1984-89), Lia Temporal Malcher (1989) e Ronaldo Menegaz (1990).

No seu Relatório de Diretoria de 1981 (*Anais*, vol. 101, p. 248), Plínio Doyle declara: «a despeito das dificuldades, todas as divisões e serviços da BN vêm funcionando regularmente, graças sempre à *habitual competência e boa vontade* dos servidores de Casa». A luta inútil para completar o quadro de pessoal continuou, Plínio Doyle enviou nada menos de dez ofícios a diversos segmentos do Governo solicitando o preenchimento de 159 cargos vagos na BN, em maio de 1980 — que já eram 175 em junho e cresciam para 190 em agosto. Não foi atendido. Tomando a deixa de sua antecessora, tentou dar prosseguimento à expansão do espaço físico da Biblioteca, levando à frente o projeto da Divisão de Edifícios e Instalações do próprio Ministério da Educação e Cultura, que previa o aproveitamento dos jardins laterais do edifício, construindo quatro andares subterrâneos de cada lado, do que resultaria uma nova área útil de 4.500 m<sup>2</sup>. Após estudos de sondagem, o projeto foi dado como viável por uma

empresa especializada. Passados onze anos, não se falou mais no assunto. Outro fato digno de nota de nessa gestão foi a conclusão do inventário de obras raras, iniciado em 1976, quando, confrontando-se as fichas do catálogo com as peças guardadas, verificou-se que haviam desaparecido 246 volumes! Nas páginas 254-56 do vol. 101 dos Anais há uma relação das principais obras sumidas, algumas datadas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Foi também feita, nessa gestão, a devolução ao Arquivo Público do Paraguai, pela Seção de Manuscritos da BN, de numerosos documentos relativos à história daquele país.

Em 1984 assumiu a Diretoria-Geral da Biblioteca Maria Alice Barroso, substituindo Célia Zaher. O assunto em moda era a *abertura política, ao cabo de 21 anos de ditadura militar. Falava-se em «democracia relativa»*. Não ainda para a BN.

Apesar dos clássicos problemas financeiros, agravados por um significativo corte orçamentário de 32 % em janeiro de 1986, e mais outro de 64,3 % no ano seguinte, conseguiu-se dar prosseguimento a diversos projetos culturais e administrativos. Foram publicados todos os volumes da *Bibliografia Brasileira* relativos aos anos de 1984, 85 e 86 e foi incorporado à Biblioteca o *Banco de Teses* (actualmente o *Banco de Teses* guarda 40 mil teses e são captadas mensalmente, cerca de 500 outras, produzidas por univesidades brasileiras e estrangeiras).

Em 1989 foi efetivada a Diretora-Adjunta Lia Temporal Malcher, que nada podendo empreender em benefício da BN e de seus funcionários, sentindo relegada a mera administradora «de uma crise» e «diante da ruptura ocorrida no elo de confiança antes existente entre mim e a Secretaria da Cultura» e da falta de autonomia na direção da Casa, solicitou a sua exoneração em carta bastante enérgica (3 de julho de 1990). A situação tornou-se tão surrealista e absurda, que menos de dez anos depois, toda essa «reforma», bem como os seus remendos posteriores foram derrubados: a Lei 8.029, de 12 de abril de 1990 (D.O. de 13 de abril), extinguiu, de um só golpe, a Pró-Memória e a Pró-Leitura, e restituiu à Biblioteca Nacional «as atribuições, o acervo, as receitas e dotações orçamentárias da Fundação Pró-Leitura» (art. 3.º). O Decreto n.º 99.492, de 3 de setembro desse mesmo ano, constituiu a BN *fundação pública*, passando a chamar-se oficialmente *Fundação Biblioteca Nacional*, o seu chefe maior passaria a ser chamado Presidente, e não passaria a ser mais nomeado por Ministro, Secretário ou presidente de uma fundação, mas pelo próprio Presidente da República. Alguns dias depois, o Decreto presidencial de 13 de outubro (art. 1 par. único) afirma e garante, enfim, que a Biblioteca «gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira»; que o seu presidente poderá «baixar atos ad-referendum de Diretoria, nos casos de comprovada urgência» (art. 12, item VI), «nomear os dirigentes do Gabi-

nete, de Assessoria Jurídica e das Bibliotecas» (it. IX), «praticar atos relativos a recursos humanos e à administração patrimonial e financeira» (it. III) e «indicar o director que o substituirá nas suas faltas ou impedimentos» (it. VII). Além da Fundação Pró-Leitura, foi também extinto o Instituto Nacional do Livro (INL). Em vez do INL, criou-se o Departamento Nacional de Livro (DNL), como uma nova Diretoria da Biblioteca Nacional.

No dia 22 de novembro de 1990 o Professor Affonso Romano de Sant'Anna foi nomeado o primeiro Presidente da Fundação Biblioteca Nacional. Ele terá pela frente uma série de problemas e vícios administrativos que se vêm acumulando há vários anos e a perspectiva de uma Fundação que não é mais uma única biblioteca, porém um vasto esquema que inclui a Biblioteca Nacional, com toda a sua riqueza cultural e histórica, e um projeto de abertura que envolverá todo o país: uma instituição cultural que transcende a definição clássica da Biblioteca Nacional, de Museu de Livro, quer ajudar a difundir a cultura num país e mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados e quase 150 milhões de habitantes. Ele terá, em compensação, um grau de autonomia jamais conseguido por nenhum de seus antecessores, apesar do freio de um orçamento que o deixará ainda em estreita dependência em relação ao Poder Executivo.

Para que essa nova estrutura funcione, teve-se de fazer alguns ajustamentos internos. A *Fundação Biblioteca Nacional* passa a ser dirigida por um órgão colegiado, cujas partes integrantes são a Presidência e quatro Diretorias, responsáveis, respectivamente, pelo 1) *Departamento de Planejamento e Administração*, suporte para uma estrutura agora bem mais complexa; 2) *Departamento de Processos Técnicos*, com os seus clássicos *Núcleos do Depósito Legal* e de *Projetos Especiais* as *Coordenadorias de Preservação* e de *Serviços Bibliográficos*, o *Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros* (PLANO), o *Plano Nacional de Restauração de Obras Raras* (PLANOR), a elaboração da *Bibliografia Brasileira* e a *Catálogo Legível por Computador* (CALCO); 3) *Departamento de Referência e Difusão*, guarda da cultura escrita, sonora e computadorizada, com uma *Coordenadoria de Acervo Geral* e uma *Coordenadoria de Acervo Especializado* que atua com as Divisões de *Música e Arquivo Sonoro*, de *Obras Raras e Documentos Iconográficos* e de *Manuscritos*. A quarta e nova Diretoria é responsável pelo *Departamento Nacional do Livro* (DNL), também com duas *Coordenadorias*: a do *Sistema Nacional de Biblioteca* e a de *Promoção do Livro*. À *Coordenadoria Promoção do Livro* caberá editar a produção cultural da própria Biblioteca; incentivar a criação literária nacional, estimulando a publicação dos grandes autores nacionais caídos em domínio público, e tendo presença ativa nas *Feiras de Livros* nacionais e estrangeiras, com a finalidade de fazer conhecidos e traduzidos os grandes autores nacionais. À *Coordenadoria do Sistema Nacional de Biblio-*

*tecas* caberá o incentivo à criação, manutenção e incremento de bibliotecas públicas e o apoio técnico básico para o seu bom funcionamento. A Universidade brasileira também será incentivada, através do DNL, a comparecer com os seus pesquisadores de Literatura, Linguística, História, Filosofia, etc., que poderão explorar o rico acervo corrente, de obras raras, de iconografia, de manuscritos antigos e do arquivo musical da Biblioteca Nacional.

#### CONCLUSOES

180 años podem parecer pouco para europeus e asiáticos. Para nós é muito, é mais de um terço da nossa história. Nesse período a BN viu o Brasil ser colônia, ser proclamada a sua Independência e já era uma entidade consolidada quando foi abolida a escravidão e o Império caiu, dando lugar à República. Viu uma nação se formar, a duras penas, e ela mesma, a duras penas, resistir, sofrer e progredir.

Ao chegar de Portugal a BN aportou num país que já tinha uma tradição cultural surpreendentemente desenvolvida para uma colônia que a Metrópole só enxergava como uma fonte inesgotável de madeira, pedras preciosas, algodão e açúcar. Em 1810 já tínhamos uma arquitectura, uma cantaria, uma escultura, uma música digna de respeito e até hoje admirada; Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Tiradentes, Olinda, o centro de Salvador, a Candelária e o Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro já estavam construídos; a música do Padre José Maurício e dos Barrocos Mineiros já era famosa e já eram ruínas os monumentos das Missões — e só falamos daquilo que é mundialmente conhecido. Já havia, enfim, a arte de um povo que soubera, de maneira original, tirar proveito de técnicas europeias para com elas exprimir a sua alma diferente. Se a sua cultura literária não tinha a mesma originalidade, se seus poetas, escritores e jornalistas continuavam «europeus» em excesso, acadêmicos, é que pertenciam a uma elite ligada aos colonizadores, estudavam na Europa, não tinham ainda «descoberto» o Brasil. Mesmo assim, para uma colônia, lia-se muito: Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Diderot e D'Alembert passavam de mãos em mãos, suas teorias eram discutidas, sobretudo no meio do clero nordestino, apesar da censura rigorosa imposta por Lisboa.

A BN chegou, pois, ao lugar certo, e não tardou a sofrer a influência deste povo: três anos depois (13 de maio de 1811), por pressão popular, o Príncipe-Regente, a abriu ao público. Isto é, a Biblioteca que, na Europa, era apanágio dos reis, príncipes e nobres, se democratizava. Em 1821, quando a família real voltou para Portugal, a Biblioteca ficou. Não como um dom do príncipe, nem como presente dos colonizadores. Ela foi com-

prada e paga pelo novo Império do Brasil. Ela não poderia mais voltar, pois perdera seus elos com a Metrópole e já tinha a cara do Brasil.

Ao repassar esses quase dois séculos de vida brasileira, vimos que a BN atravessou períodos de crise e momentos de glória. Ela sobreviveu, se consolidou e progrediu. Nem todos os seus diretores foram administradores extraordinários, nem todos os seus funcionários foram modelos de dedicação. Mas, grande parte foi. A estes, evidentemente, devemos essa consolidação, essa sobrevivência, essas vitórias contra influências abusivas internas e externas.

Apenas por uma questão de metodologia, tentemos, agora, isolar algumas etapas que marcaram essa história. Não são etapas estanques, pois algumas realidades se misturam. Mas existem tendências e constantes que permitem essa divisão.

A primeira etapa começa com a chegada da *Real Bibliotheca* ao Rio de Janeiro, o seu «arrançamento» inicial e esforço despendido, até o final do século XIX, para a formação e a *consolidação do seu acervo e a busca angustiante por um local adequado*. Os primeiros decênios são claramente marcados pela preocupação de comprar livros, estampas, manuscritos, mapas... corre-se atrás de espólio de bibliófilos, lutase pelo depósito legal, frequentam-se leilões aqui e na Europa. Em consequência, o acervo cresce e passa a exigir maior espaço. Isso podese comprovado até nas primeiras tentativas de escrever a história da BN, todas primando pelo detalhado registro de novas aquisições, a descrição de novas coleções que se acumulavam e pela demanda de espaço físico.

O período entre 1910 e 1947 seria uma segunda etapa. O novo prédio inaugurado e o acervo consolidado, surge uma nova preocupação: *a arrumação técnica e a organização interna* em vista de melhor servir ao usuário. Sucedem-se as reformas administrativas, nem todas tão marcantes, e cada novo diretor parece sentir prazer em criticar o seu antecessor, por achar que suas reformas não se adaptavam aos novos tempos. São criados cursos de Biblioteconomia, primeiro para o pessoal interno, depois para profissionais de outras bibliotecas. E surge, já no fim do período, a preocupação pela conservação das obras antigas e raras, com a consequente criação de seções especializadas em restauração e duplicação de documentos. Foi uma época marcada pela revisão do passado e pela tentativa de modernizar técnicas e posturas. A próxima etapa está imbricada com as anteriores e invade as posteriores, por ser uma luta que cuase todos os administradores que realmente tomaram a sério o progresso da BN, em toda a sua história: é a luta pela *autonomia administrativa e financeira* da Casa. Manuel Cícero, Borba der Moraes e Jannice Monte-Mór foram os seus próceres; Frei Camillo de Monserrate, certamente, a sua maior vítima.

E chegamos a 1990, a etapa atual que acaba de começar e que pretende lançar as bases para o futuro. Por decreto federal, a BN conseguiu a sua autonomia administrativa e, como fundação, poderá captar meios de sobrevivência independentemente das verbas governamentais. A BN, ao longo de seus 180 anos de vida brasileira, preservou o seu acervo, preparou os bibliotecários, aperfeiçoou os seus serviços, montou uma estrutura funcional para servir aos usuários, cumpriu, enfim, a sua missão como Biblioteca Nacional. O essencial foi feito. Mas, os seus serviços sempre ficou aberta aos usuários, mas pouco fez para ser melhor conhecida. Eram as marcas do tempos. O que, parece, terá de marcar essa nova etapa que surge, é que a Biblioteca se prepara, se estrutura para sair à procura dos usuários na cidade e fora da cidade, pelo país inteiro; terá de irradiar, por todos os meios ao seu alcance, aquilo que com museu da cultura está pronto e, como tudo o que é bom, quer e precisa ser utilizado e explorado.

#### DIRIGENTES E FUNCIONARIOS DA BIBLIOTECA NACIONAL QUE TIVERAM ATUAÇÃO MARCANTE NA VIDA CULTURAL DO BRASIL\*

Colaboração de ANA FANFA  
(Bibliotecária - DNL/FBN)

##### 1.1. *Dirigentes*

*Adonias Filho*, 1915-1990 (Director-Geral de 20.02.1961 a 29.04.1971). Jornalista, crítico, ensaísta, romancista e tradutor de diversos autores estrangeiros. Seus romances principais: *Os Servos da Morte* (1946); *Memórias de Lázaro* (1952); *Corpo Vivo* (1969). Como crítico escreveu, *Modernos Ficcionistas Brasileiros* (1988).

*Affonso Romano de Sant'Anna*, 1937 (Presidente desde 22.11.1990). Poeta, jornalista, professor universitário e teórico de literatura, com obras consideradas básicas para a reflexão cultural brasileira, como *O Canibalismo Amoroso* (1984) e *Análise Estructural de Romances Brasileiros* (1974). Seu livro *Que País é Este?* (1980) é considerado um clássico da moderna poesia brasileira.

*Benjamín Franklin Raimiz Galvão*, 1846-1938 («Bibliotecario» de 22.12.1870 a 22.07.1882). Historiador, educador e médico brasileiro. Le-

---

\* Pela ordem alfabética.

cionou grego, retórica, poética e literatura nacional no Colégio Pedro II (1860-1870). Foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, desde 1882, preceptor dos príncipes filhos da princesa Isabel, D. Pedro e D. Luís, função que manteve até 1889. Em 1928 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, onde mais tarde chegou a Presidente. Sua biografia inclui, entre outras: *Bibliotecas Públicas da Europa* (1875), *Galeria Histórica Brasileira* (1900), *Vocabulário Etimológico, Ortográfico e Prosódico das Palavras Portuguesas Derivadas da Língua Grega* (1909).

*Celso Ferreira da Cunha*, 1917-1989 (Diretor-Geral de 08.02.1956 a 07.07.1960 e de 23.01.1961 a 20.02.1961): Filólogo brasileiro, doutor em letras e professor. Entre 1952 e 1955, foi professor de Estudos Brasileiros na Universidade de Paris, Sorbonne. Dirigiu com A. Houaiss e I.S. Révah, a revista *Ibérida*, especializada em filologia hispânica. Publicou: *À Margem da Poética Trovadoresca* (1950); *O Cancioneiro de Martin Codax* (1956); *Estudos de Poética Trovadoresca* (1961); *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira* (1968), etc.

*Eugenio Gomes*, 1987-1972 (Diretor-Geral de 08.03.1951 a 08.02.1956). Ensaísta, poeta, crítico e jornalista. E o mais destacado especialista de literatura comparada do Brasil, e autor de importante estudo sobre as influências inglesas na obra de Machado de Assis. Algumas de suas obras: *Moema* (1928); *Espelho contra Espelho* (1949); *Vieira* (1957); *Machado de Assis* (1958); *O Enigma de Capitu* (1968).

*Francisco Pereira da Silva*, 1918-1985 (Diretor Interino na Gestão de Adonias Filho). Com ele a dramaturgia brasileira avançou do puro regionalismo para uma perspectiva crítica. Produziu uma dramaturgia que refletiu também o amadurecimento das encenações brasileiras num dos instantes mais críticos da arte nacional. Seus textos mais importantes: *Chapéu de Sebo* (1966) e *O Vaso Suspirado* (1973).

*Januario da Cunha Barbosa*, Conego, 1780-1876 («Bibliotecario de 05.11.1839 a 22.02.1846). Jornalista, orador sacro famoso, professor, escritor e político. Lutando pela independência do Brasil, fundou o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*. Após a Independência começou a luta pela República, tendo sido preso e deportado. Fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou diversos livros de crônicas, de teatro e de poesias.

*José Elísio Conde*, 1907 (Diretor-Geral de 21.07.1960 a 16.11.1960). Escritor e jornalista, fundador do *Journal de Letras*, mensário de literatura e artes. Representante do Brasil em congressos internacionais (Chile, Argentina, etc.) e nacionais (Rio de Janeiro, Recife e Bahia) com teses e co-

municações próprias. Recebeu vários prêmios, tais como: da Prefeitura, Estado de São Paulo (em conjunto com João e José Condé) 1955; *Jornal do Comércio*, Rio 1958; *Machado de Assis*, da Academia Brasileira de Letras, 1959.

*José Honorio Rodrigues*, 1913-1987 (Diretor Interino na Gestão de Josué Montello e de Eugenio Gomes). Historiador. Em 1937, com seu trabalho «Civilização Holandesa no Brasil» (1940), conquistou o primeiro «premio de Erudição» da Academia Brasileira de Letras. Foi diretor do Arquivo Nacional, director da Divisão de Obras Raras e Publicações. Lecionou em universidades americanas e européias. Publicou, especialmente sobre história do Brasil, livros, opúsculos, ensaios, artigos e edições críticas, tais como: *Teoria da Historia do Brasil* (1949, 1957, 2 ed., 2v.); *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (1949); *a Pesquisa Histórica no Brasil* (1951); *História e Historiografia* (1970); *Independência: Revolução e Contra-Revolução* (1975-76, 6v.), etc.

*Josué Montello*, 1917- (Director-Geral de 14.01.1948 a 01.03.1951). Jornalista, novelista, contista, romancista, crítico, cronista, ensaísta, professor e historiador da literatura. Em 1944, planejou a reforma da Biblioteca Nacional a convite de Rodolfo García, estruturou em bases modernas os cursos de Biblioteconomia dos quais foi coordenador e logo diretor. Inaugurou e regeu os Estudos Brasileiros no Peru, Portugal e Espanha. Foi director do Museu da República e do Serviço Nacional de Teatro. Entre seus inúmeros romances, os mais famosos são: *Tambores de São Luís* (1975); *Pedra Viva* (1983) e *Perto da Meia-Noite* (1985).

*Manuel Cicero Peregrino da Silva*, 1866-1956 (Diretor de 13.07.1900 a 09.02.1924). Bibliógrafo brasileiro, foi um dos pioneiros, no Brasil, no planejamento de documentação bibliográfica organizada seguindo os moldes internacionais e no trabalho de formação profissional de bibliotecários, promovendo a criação dos cursos de biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1911). Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (1926-1930) e reitor da mesma Universidade (1926-1930), foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1938-1939). Principais obras: *A Justiça Penal entre os Romanos* (1895); *Catálogo Geral da Biblioteca de Direito de Recife* (1896).

*María Alice Barroso*, 1926 (Diretora-Geral de 01.03.1984 a 24.08.1989). Romancista, cronista e bibliotecária. Membro do Conselho Regional de Biblioteconomia, da Associação Brasileira de Normas Técnicas e do Conselho Federal de Cultura. Publicou vários romances: *Os Posseiros* (1955); *Um Nome para Matar* (1967); *Um Dia Vamos Rir de Tudo* (1976); *O Globo da Morte* (1981); etc.

*Paulo Mendes Campos*, 1922-1991 (Diretor Interino na Gestão de Adonias Filho). Poeta, jornalista e cronista. Um dos principais representantes da geração de 1945. Foi diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Publicou várias obras, entre elas: *A Palavra Escrita* (1951) e *O Domingo Azul do Mar* (1958).

*Plínio Doyle*, 1906. (Diretor-Geral de 10.05.1979 a 06.11.1982). Bibliófilo. Publicou diversos estudos sobre a história do livro e jornais literários. Sua biblioteca é considerada uma das mais completas do Brasil. É conhecido como grande amigo e incentivador dos escritores brasileiros. Publicou na *Revista do Livro*, estudos sobre a história de revistas e jornais literários.

*Raul Pompéia*, 1863-1895 (Diretor de 31.07.1894 a 30.09.1895). Romancista famoso, jornalista e professor de Mitologia na Escola Nacional de Belas Artes. Escreveu e lutou, junto com José do Patrocínio, pela abolição de escravatura e pela República. Publicou diversos romances, dos quais o mais importante é *O Ateneu* (1888), sua obra-prima, expressão lídima do realismo e naturalismo na literatura brasileira.

*Rodolfo Augusto de Amorin García*, 1873-1949 (Diretor de 21.11.1932 a 17.12.1945). Historiador, jornalista, diplomado em Direito (1908), professor, funcionário público, diretor do Museu Histórico e da Biblioteca Nacional, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Filologia, da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras: *Nomes de Aves em Língua Tupi* (1913); *Dicionário de Brasileirismos* (1915); *Escritos Avulsos* (1973).

Anotou e prefaciou obras de Pero de Magalhães de Gândavo, Fernão Cardim, D. Francisco Manuel de Melo, José Basílio da Gama, etc.

*Sérgio Buarque de Holanda*, 1902-1982 (Diretor Interino na Gestão de Rodolfo García). Exerceu a crítica literária em jornais de São Paulo e Rio de Janeiro; lecionou nas Universidades do Rio de Janeiro, Roma, Yola e Nova Iorque. Diretor de publicações do Instituto Nacional do Livro e do Museu Paulista. O mais conhecido de seus inúmeros livros e do Museu Paulista. O mais conhecido de seus inúmeros livros é *Raízes do Brasil* (1936), sempre reeditado, por ser básico no tema. Sua obra é muito extensa: *Monções* (1945); *Primórdios da Expansão Paulista no Fim do Século XVII* (1948); *Motivos Edêmicos no Descobrimento e Colonização do Brasil* (1959); *O Brasil Monárquico* (3 v. 1962/64/67); etc.

## 1.2. Funcionários

*Afranio Coutinho*, 1911. Jornalista, crítico literário e professor de Literatura, História e Filosofia. Foi funcionário da Biblioteca Nacional de

1953 a 1964, atuando como professor responsável pela disciplina *História de Livro e da Bibliotecas* do curso de Biblioteconomia. Em sua seção *Correntes cruzadas* no jornal *Diário de Notícias* desencadeou, a partir de 1948, uma campanha de renovação — a *Nova Crítica*. Suas principais obras são: *A Filosofia de Machado de Assis* (1940); *Aspectos de Literatura Barroca* (1950); *Machado de Assis na Literatura Brasileira* (1960); *Crítica e Poética* (1968); *O Erotismo na Literatura* (1979) e *O Processo da Descolonização Literária* (1983).

*Armando Freitas Filho*, 1940-. Funcionário da Biblioteca Nacional desde 1990. Foi pesquisador na Fundação Casa de Rui Barbosa, secretário da Câmara de Artes do Conselho Federal de Cultura, assessor de imprensa, na agência Rio, do antigo Instituto Nacional do Livro. Atualmente, trabalha no Departamento Nacional do Livro da Fundação Biblioteca Nacional. Tem doze livros de poemas publicados entre eles, *Palavra* (1963); *À Mão Livre* (1979) e *De Cor* (1988). Em 1986, ganhou o prêmio Jabuti de poesia, com a obra *3x4* (1985).

*Capistrano de Abreu*, 1853-1927. Historiador e jornalista. Em 1879 tornou-se, por concurso, funcionário da Biblioteca Nacional. Colaborou no grande *Catálogo da Exposição de História do Brasil* da Biblioteca Nacional. Restabeleceu textos de Fernão Cardin, padre Manuel de Nóbrega, Antonil e outros. Suas principais obras: *Ensaio e Estudos* (1875); *O Brasil no século XVI* (1883); *Capítulos de História Colonial* (1907); *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* (1930). Fez a edição crítica da obra *Histórica de Varnhagen* (1907), da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, etc.

*Cecília Meirelles*, 1901-1964. Poeta. Dedicou-se ao magistério primário, à atividade literária e ao jornalismo. Na Universidade do Distrito Federal, lecionou Literatura Luso-Brasileira e depois Técnica e Crítica Literária. Pode ser considerada herdeira do simbolismo na poesia modernista brasileira, e é, sem dúvida, um dos grandes poetas do Brasil. Entre as suas inúmeras obras, destacamos: *Poema dos Poemas* (1923); *Baladas para El-Rei* (1925); *Canções* (1956); *Antologia Poética* (1963) e *Romanceiro da Inconfidência* (1953).

*Contância Antonio Alves*, 1862-1933. Jornalista, humorista, ensaísta, conferencista. Abandonou o curso de Direito que iniciara em Recife (1880) e voltou à Bahia onde se formou em Medicina (1885). Passou-se depois para o Rio de Janeiro, dedicou-se ao jornalismo e foi funcionário da Biblioteca Nacional (1899), chegando a chefe de seção (1913). Em 1992 foi eleito para a cadeira n. 26 (Laurindo Rabelo) da Academia Brasileira de Letras. Bibliografia: *Da Cremação e Unumação perante a Higiene* (1885) (tese); *Figuras* (1921) (perfis); *A Sensibilidade Romântica*, Rev. ABL, 26 (73); 501-27 (1928), (confer.); *Memórias de Antônio Ipiranga* (rom. com outros, cap. 4, na

Rev. *ABL*, 27 (77), maio (1928); *Gregório de Matos*, In: Matos, Gregório de, *Obras*. IV Satírica, vol. I, Rio de Janeiro, 1930, p. 9-40; *Literatura na Bahia*, In: Biblioteca Internacional de Obras Célebres, vol. 16, Rio de Janeiro, s.d., p. 8201-14.

*Darci Damasceno dos Santos*, 1922-1988. Poeta brasileiro da Geração de 45. Era licenciado em línguas neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi Chefe da Seção de Manuscritos. Publicou obras tais como: *Poemas* (1946); *Jogral Caçurro e Outros Poemas* (1958); *Trigésimas* (1967) e *Poesia* (1967). Traduziu *O Cemitério Marinho* (1949), de Paul Valéry. Demonstrou seus dotes de crítico em *Cecília Meoireles: O Mundo Contemplado* (1967).

*Dirceu Lindoso*, 1932. Antropólogo e historiador. Nomeado para Fundação Biblioteca Nacional em 1990 como Técnico em pesquisas do Departamento Nacional do Livro. Foi coordenador de cultura do Ministério da Educação e Cultura e chefe de documentação histórica do Museu Imperial. Suas principais obras: *Póvoa-Mundo* (Prêmio Nacional José Lins do Rego, 1981); *A Utopia Armada-Rebeliões de Pobres nas Matas do Tombo Real* (1983); *A Diferença Selvagem* (1983).

*Fernando Sabino*, 1923-. Escritor, e jornalista. Foi funcionário da Biblioteca Nacional durante o período de 1964 a 1972, lotado na Divisão de Obras Raras e Publicações. Notável romancista, é mestre da dialogação e um dos grandes cronistas brasileiros. Publicou entre outras: *A Cidade Vazia* (1950); *O Encontro Marcado* (1957); *A Companhia de Viagem* (1965); *O Grande Mentecapto* (1979-3 ed.).

*Jaime Cortesão*, 1884-1960. Professor, historiador e escritor português. Lecionou no Porto de 1911 a 1915; em 1919, foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa. Em 1940, veio para o Brasil, onde lecionou história da formação territorial do Brasil no curso de aperfeiçoamento seus serviços à Biblioteca Nacional como «tarefeiro» e em 1954 foi admitido como pesquisador em manuscritos históricos. Entre suas obras, destacamos: *Memórias da Grande Guerra* (1919); *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil* (1922); *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses* (1940); *Cabral e as Origens do Brasil* (1944); *Introdução à História das Bandeiras* (1964, 2 v.).

*João Ribeiro*, 1860-1934. Polígrafo. Nomeado, por concurso, para a Biblioteca Nacional em 1885. Foi professor de História Universal do Colégio Pedro II e posteriormente seu diretor. Sua produção literária é intensa: algumas de suas obras: *Estudos Filológicos* (1902); *História do Brasil* (1900); *O Fabordão* (1910); *O Folclore* (1919) e *Floresta de Exemplos* (1931).

*Ligia Cunha*, 1922- . Bibliotecária e museóloga. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi Chefe da Divisão de Iconografia (1976 a 1990). Algumas de suas obras: *Gravuras do Rio Antigo* (1951); *Atlas Cartográfico do Rio de Janeiro-Séc. XVII e XIX* (1970) e *A Política do Livro Antigo, no Exterior e no Brasil* In: *Biblos*, Rio Grande do Sul (1987).

*Marcio Souza*, 1946- . Atual diretor do Departamento Nacional do Livro da Biblioteca Nacional, nomeado em fevereiro de 1991. Romancista, teatrólogo, ensaísta. Como escritor, é considerado um dos expoentes da moderna literatura brasileira. *Galvez-o Imperador do Acre* (1976), é o seu romance mais conhecido, já traduzido em pelo menos dez idiomas.

*Mercedes Reis Pequeno*, 1921- . Musicóloga e bibliotecária, criou, em 1952, e chefiou a atual Divisão de Música e Arquivo Sonoro até 1990. Recebeu, entre outros, o Prêmio Estácio de Sá (Música erudita-1977), foi vice-presidente da Association Internationale des Bibliothèques. Archives et Centres de Documentation Musicaux-AIBM (1965-1974). Suas principais obras: *Bibliografia Musical Brasileira de 1820-1950* (1952); *Impressão Musical no Brasil* (1977) e *Música no Nordeste até os 800* (1982).

*Suzana Vargas*, 1955- . (Funcionária do DNI). Poeta, autora de Literatura Infantil, Professora universitária, Mestre em Teoria Literária e tradutora. Entre seus livros de poesia destacam-se *Sem Recreio* (1983), *Sempre-Noiva* (1984) e *Sombras Chinesas* (1990). Entre seus livros para o público infantil os mais conhecidos são: *Doce de Casa* (1985), *Cochicho* (1990) e *De Olho no Pielho* (1990).

#### Dirigentes da Biblioteca Nacional (1810-1990)

Encarregados do Arranjoamento e Conservação (Prefeitos)	Exercício	
	Início	Término
Frei Gergório José Viegas (1753-1840)	1810	22.03.1821
Padre Joaquim Dâmaso (1777-1833)	1810	1822
Luis Joaquim dos Santos Marrocos (1781-1838)	22.03.1821	14.07.1825

Bibliotecarios*	Ajudantes substitutos (Vice-Bibliotecarios)	Exercício	
		Início	Término
Frei Antônio de Arrábida (1971-1850)		23.10.1822	16.08.1831
	Cônego Felisberto Antô- nio Pereira Delgado		
Cônego Francisco Vieira Goulart (?1939)		11.01.1837	21.08.1839
Cônego Januário da Cun- ha Barbosa (1780-1846)		05.11.1839	22.02.1846
José de Assis Alves Muniz Barreto (1819-1853)		05.03.1846	17.03.1853
Frei Camillo de Monserrate (1818-1870)		23.04.1853	19.11.1870
Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz Galvão (1846-1938)		22.12.1870	22.07.1882
João Saldanha da Gama (1835-1899)		31.10.1882	12.12.1889

\* A partir de Freia A. de Arrábida a autoridade maior da Biblioteca passou a chamar-se Bibliotecário.

Diretores*	Interinos e substitutos	Exercício	
		Início	Término
Francisco Leite Bittencourt Sampaio (1836-1895)		14.12.1889	25.10.1892
Francisco Mendes da Rocha (1862-1894)		14.11.1892	31.07.1894
Raul d'Avila Pompéia (1863-1985)		31.07.1894	30.09.1895
José Alexandre Teixeira de Melo (1833-1907)		30.09.1895	23.04.1900
Manuel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956)		13.07.1900	09.02.1924
	Aurélio Lopes de Sousa (1866-1934)		
	Basílio de Magalhães (1874-1957)		
	Aurélio Lopes de Sousa (1866-1934)		
Mário Marinho de Carvalho Behring (1876-1933)		228.02.1924	17.11.1932
	Manuel Cassius Berlinck (1880-1938)		
Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949)		21.11.1932	17.12.1945
	Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)		

\* A partir de Francisco Leite Bittencourt Sampaio a autoridade maior da Biblioteca passou a chamar-se *Diretor*.

Diretores-Gerais*	Interinos e substitutos	Exercício	
		Início	Término
Rubens Borba Alves de Morais (1899-1986)		21.12.1945	15.02.1947
Josué de Sousa Montello (1917)		14.01.1948	01.03.1951
	José Honório Rodrigues (1913-1987)		
Eugênio Gomes (1897-1972)		08.03.1951	08.02.1956
Celso Ferreira da Cunha (1917-1989)		08.02.1956 23.01.1961	07.07.1960 20.02.1961
José Eliseo Condé (1907)		21.07.1960	16.11.1960
	Antônio Caetano Dias (1919-1985)		
Adonias Aguiar Filho (1915-1990)		20.02.1961	29.04.1971
	Paulo Mendes Campos (1922-1991)		
Jannice de Melo Monte- Mór (1927)		12.05.1971	27.04.1979
Plínio Doyle da Silva (1906)		10.05.1979	06.01.1982
	Mário Ferreira da Luz (1930-?)		
Célia Ribeiro Zaher (1931)		01.02.1982	01.03.1984
Maria Alice Giudice Barro- so Soares (1926)		01.03.1984	22.04.1989

\* A partir de Rubens Borba Alves de Moraes a autoridade maior da Biblioteca passou a chamar-se *Diretor-Geral*.

Diretores-Gerais*	Interinos e substitutos	Exercício	
		Início	Término
	Lia Temporal Malcher* (1931)	25.08.1989	06.07.1990
	Ronaldo Menegaz* (1934)	06.07.1990	06.12.1990

\* Nomeado(a) para responder pela Direção da Biblioteca Nacional.

Presidente*	Interinos e substitutos	Exercício	
		Início	Término
Alfonso Romano de Sant'Ana (1937)		22.11.1990	

\* A partir de Affonso Romano de Sant'Ana a autoridade maior da Biblioteca passou a chamar-se *Presidente*.

#### OBRAS CONSULTADAS

- ANAI*s da Biblioteca Nacional. 1876 a 1986.
- CONDE, Elísio. *Guia da Biblioteca Nacional: Sesquicentenário*. 1810-1860. Rio de Janeiro (para os resumos biográficos dos Diretores, até 1960).
- CUNHA, Lygia da Fonseca F. da. *O acervo da Biblioteca Nacional*. In: *Brasil 1900-1910 Rio de Janeiro*: Biblioteca Nacional, 1980.
- CUNHA, Waldir da. *Diretores da Biblioteca Nacional, 1810-1984*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984, p. 247-52.
- DIVISÃO de Manuscrito da BN. Diversas consultas, sob a direção do Professor Waldir da Cunha.
- JUSTIFICAÇÃO do projeto de construção de novo prédio da Biblioteca Nacional*. Texto dactilografado do General. Engenheiro Francisco M. de Souza Aguiar. Rio de Janeiro, jun. 1905.
- MONTE-MÓR, Jannice. *Patrimônio Bibliográfico e a problemática das Bibliotecas Nacionais*. *Revistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-70. 1187.
- RELATORIOS de Diretoria*. 1885 a 1987.
- RESUMO histórico*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. v. 19, 1987.